



Imprimir



Fale Conosco

Zoom+  
Zoom-Edições  
Anteriores

Busca

ANO IV - Número 33  
Brasília, 10/10/2011

## Sessão do Comitê CEDAW I

O Governo brasileiro representado pela SPM apresentou o seu VI Relatório Nacional à 39ª Sessão do Comitê para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), de 23 a 26 de julho, em Nova Iorque. O documento, elaborado por um grupo de trabalho, coordenado pela SPM e pelo Ministério das Relações Exteriores/Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais, é uma prestação de contas do Brasil ao Comitê e traz as ações adotadas no país para promover a igualdade de gênero no período de 2001 a 2005.



## Sessão do Comitê CEDAW II

A sessão, que reúne dezenas de representantes de governos e da sociedade civil, analisa como os países que ratificaram a convenção estão avançando para garantir os direitos das mulheres através da implementação de políticas públicas e legislações. A ministra Nilcéa Freire, da SPM, que chefiou a delegação brasileira composta por nove integrantes, fez a defesa oral do VI Relatório Nacional sobre a situação da mulher no Brasil.



## Delegação Brasileira

Além da ministra Nilcéa Freire, faziam parte da delegação brasileira a subsecretária de Articulação Institucional da SPM, Sônia Malheiros, a diretora da subsecretaria de Ações Temáticas da SPM, Stella Taquette, a gerente de projetos da subsecretaria de Planejamento da SPM, Luana Pinheiro, a coordenadora-geral do Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia (Ppigre) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Andréa Butto, a diretora do Departamento de Direitos Humanos do Ministério das Relações Exteriores, ministra Ana Lucy Cabral, a coordenadora da Área Técnica da Saúde da Mulher do Ministério da Saúde, Regina Viola, a coordenadora de ensino da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, Juliana Barroso, e o assessor da Secretaria Especial de Direitos Humanos, Pedro Pontual.



## Delegação II

Durante todo o período em que o governo foi sabatinado, todas as/os representantes do governo responderam às perguntas do Comitê o que

## AGENDA

### ESPECIAL - VI RELATÓRIO BRASILEIRO ao COMITÊ CEDAW

#### Recomendações

A 39ª Sessão do Comitê para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), que termina em 10 de agosto, também marca o 25º aniversário da Cedaw. Está previsto o envio, no próximo dia 13, das recomendações do Comitê ao Estado Brasileiro, que conterão os principais pontos de preocupação do Comitê em relação à implementação da Convenção CEDAW.



## ACONTECEU

### Reuniões Paralelas

Durante o período em que esteve em Nova Iorque para a 39ª Sessão do Comitê da CEDAW, a ministra Nilcéa Freire se reuniu com os representantes do Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids (Unaid), Luis Loures, e do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), Alana Armitage. Também

traduziu o compromisso do governo brasileiro.

## Avanços e desafios

Durante a explanação de 30 minutos, Nilcéa Freire expôs a implementação de políticas públicas para a efetivação dos direitos das mulheres, previstas na convenção da ONU. Deu destaque para os avanços e avaliou o que ainda há por a ser feito. A aprovação da Lei Maria da Penha sobre violência doméstica, a formulação e implementação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, o apoio às trabalhadoras rurais e as ações de planejamento familiar foram alguns avanços citados. [Leia a apresentação na íntegra.](#)

## PAC

No campo das políticas mais gerais, o Relatório destaca o lançamento, em março deste ano, do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Trata-se de um conjunto de 50 medidas envolvendo investimentos da ordem de R\$ 503 bilhões na infra-estrutura do País, nas áreas de transporte, energia, saneamento, habitação e recursos hídricos, até o ano de 2010. O Programa inclui também o estímulo ao crédito e ao financiamento, a desoneração de impostos, e o aperfeiçoamento da legislação, entre outras medidas fiscais.

## Prioridade

"Estamos aqui numa demonstração de que a implementação da Convenção CEDAW é prioridade em nosso governo, e com o entendimento de que a construção de um país democrático só se faz com a participação das mulheres em igualdade de condições e de poder com os homens", disse a ministra.

## Participação brasileira

O Brasil assinou a Convenção CEDAW em 31 de março de 1981 e ratificou sua participação em 1º de fevereiro de 1984. Todavia, durante 20 anos o país não cumpriu a obrigação assumida de elaborar relatórios periódicos para informar o Comitê CEDAW. O primeiro relatório de ações brasileiras, enviado ao comitê da convenção foi em outubro de 2002 e referiu-se aos anos de 1985, 1989, 1993, 1997 e 2001. Em junho de 2003, esse relatório foi atualizado e apresentado pela SPM ao comitê, na sede das Nações Unidas, em Nova York. No primeiro semestre de 2005, o sexto relatório periódico foi entregue, no prazo devido. Ao início de 2006 foram encaminhadas questões pelo Comitê ao governo brasileiro referentes ao VI Relatório, as respostas foram encaminhadas no prazo estipulado e na oportunidade aproveitou-se para já fazer uma atualização do relatório.

participou de audiências com a secretária-geral adjunta da ONU, Asha-Rose Migiro, com a diretora-executiva do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM), Noeleen Heyzer, com a Diretora para América Latina e Caribe do PNUD e a representante residente da ONU no Brasil, Rebecca Grinzpun e Kin Bolduck e com a assessora especial para assuntos de gênero da ONU, Rachel Mayangi.

## Almoço

No dia 27 de julho a Embaixadora Maria Luiza Ribeiro Viotti, chefe da Missão Brasileira frente a ONU, ofereceu um almoço ao Comitê CEDAW, Representantes do Sistema ONU e à delegação brasileira, nas dependências do Edifício Sede das Nações Unidas em Nova York.

### Expediente:

ASCOM/SPM  
 Jornalista responsável:  
 Gabriela do Vale ( DF 2488JP )  
 Editoração: ASCOM/SPM  
 Telefone: (55 61) 3411-4214  
[spmimprensa@spmulheres.gov.br](mailto:spmimprensa@spmulheres.gov.br)

O conteúdo do boletim pode ser reproduzido parcial ou totalmente, desde que seja citada a fonte.

## Diálogo construtivo

Depois da apresentação do VI Relatório Nacional, os membros do Comitê CEDAW realizaram perguntas relativas ao documento apresentado pela ministra Nilcéa Freire. Os assuntos abordados iam desde violência doméstica, passando por vida política, aborto e trabalhadoras rurais.



## Lei Maria da Penha I

O Comitê cumprimentou o governo federal por finalmente ter conseguido aprovar uma legislação sobre violência doméstica depois de tantos anos, mas ressaltou que a Lei somente poderia ser útil se as vítimas tivessem consciência da sua existência e dos mecanismos disponíveis para sua utilização.



## Lei Maria da Penha II

A ministra definiu a Lei Maria da Penha como um passo em direção ao fim da violência contra as mulheres no Brasil. E informou que desde 2003, a rede brasileira de assistência às mulheres em situação de violência se expandiu para 96 centros de referência, 65 abrigos e 396 DEAMs. Desde agosto de 2006, também foram estabelecidos cerca de 140 juizados civis e penais para lidar com a violência doméstica e familiar e 15 postos de defensoria pública para mulheres, que funcionavam em todo o país, provendo defesa legal e serviços de advocacia gratuitos para auxiliar as vítimas nos tribunais.



## Lei Maria da Penha III

Apesar de todos os esforços, Nilcéa Freire reconheceu que muito ainda precisa ser feito, especialmente para defender as mulheres pobres, idosas e negras.



## Campanha

Quanto indagado sobre a realização de campanhas de conscientização sobre a violência doméstica, o governo informou ter distribuído panfletos educativos sobre o texto da Lei e lançado campanhas de mídia. Também se falou sobre a Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180 -, que funciona 24h e conta com pessoal treinado para atender as vítimas em todo o país.



## Implementação da Lei Maria da Penha

Ainda sobre a Lei, os membros do Comitê perguntaram sobre sua implementação e seu monitoramento. Nilcéa Freire disse que a legislação teve amplo apoio da sociedade civil e do Congresso Nacional, e que sua implementação é obrigatória em todos os 26 estados da federação e o Distrito Federal. Ela também informou que, no momento, está se instalando com financiamento do governo federal um Observatório para o monitoramento da Lei, coordenado pelo Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, da Universidade Federal da Bahia, seis organizações não-governamentais CLADEM/Brasil e outros três núcleos universitários.



## Poder Judiciário

O Comitê demonstrou muita preocupação sobre o Judiciário. A esta questão o governo respondeu reforçando a independência do Judiciário, o qual não é subordinado ao Poder Executivo, e que quando havia conflito sobre a interpretação das leis as questões eram resolvidas pelo próprio Judiciário.



## Cotas!

O Comitê cumprimentou o governo brasileiro pelas conquistas na área da educação, mas ressaltou que ainda resta muito a ser feito. Nilcéa Freire informou que o Projeto de Lei sobre cotas raciais e para estudantes de baixa renda ainda não foi aprovado no Congresso Nacional. Contudo, algumas universidades já introduziram cotas em seus sistemas.



## Trabalhadoras domésticas

O governo brasileiro recebeu uma saudação do Comitê pela Lei sobre o incentivo a formalização do emprego doméstico. Segundo o governo, 90% dos 8 milhões de trabalhadores domésticos são mulheres, a maioria delas negras, e somente 25% dessas trabalhadoras têm carteira assinada.



## Planejamento Familiar

Esse tema chamou atenção do Comitê pelo fato de o aborto ser a 4ª causa de morte materna no país e de ter aumentado entre 2002 e 2004. Ressaltou-se que o Estado brasileiro deveria garantir o direito das mulheres a um adequado serviço de planejamento familiar. A partir disso, a delegação brasileira foi indagada sobre a elaboração do Projeto de Lei de Descriminalização do Aborto e quais obstáculos se encontram no Poder Executivo e no Parlamento. A ministra informou que o país está fazendo um grande investimento em planejamento familiar para garantir os direitos reprodutivos das mulheres. O investimento em contraceptivos cresceu mais do que dez vezes desde 2002.



## Adolescentes

Em relação às adolescentes, foi dito que o governo está tentando garantir seus direitos reprodutivos por meio de contraceptivos para retardar a maternidade precoce. O Estado também está melhorando a educação sexual através de programas de prevenção específicos, que tem como objetivo reduzir a gravidez adolescente e prevenir a transmissão de doenças sexualmente transmissíveis. Os Ministérios da Saúde e da Educação estão agindo em conjunto para informar nas escolas sobre métodos de planejamento familiar e práticas de sexo seguro.



## Questão delicada I

Quanto ao aborto, o Comitê foi informado que este é um tema delicado e que o governo brasileiro também está o tratando com a delicadeza exigida. A ministra explicou que o Brasil vive um recrudescimento de grupos com atitudes conservadoras e antiaborto.



## Questão delicada II

De acordo com a representante do Ministério da Saúde, em 2006, mais de 2 mil abortos legais foram realizados sob as provisões do Código Penal que os admite em procedimentos terapêuticos e em gravidez resultante de estupro. Contudo, lembrou a ministra, os médicos e profissionais de saúde podem se recusar a praticar tais procedimentos por meio da "objeção de consciência".



## Mulheres rurais

A situação das mulheres rurais também fez parte do rol de perguntas. A representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário ressaltou que a população rural no Brasil é predominantemente negra, com baixo

acesso aos registros públicos. Para modificar essa situação, o governo criou o Programa de Documentação das Trabalhadoras Rurais, que oferece serviços gratuitos de emissão de documentos, e é implementado pelos estados e municípios, com a participação da sociedade civil. A previsão para este ano é que o programa atinja 635 municípios rurais.



## Reforma agrária

O governo informou que o processo de reforma agrária tem dado preferência às mulheres chefes de família, quando se determina quem deve ser o beneficiário da titulação das terras rurais.



## Mulher no comando

A embaixadora Maria Luiza Ribeiro Viotti se tornou a primeira mulher a chefiar a missão do Brasil na ONU, em 16 de julho último. Substituta de Ronaldo da Motta Sardemberg na missão, Maria Luiza está no Itamaraty há 30 anos.



Se você não quiser mais receber este informativo, [clique aqui](#).

**Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres**  
Via N1 Leste s/nº, Pavilhão das Metas, Praça dos Três Poderes -  
Zona Cívica Administrativa  
70150-900 Brasília DF  
Telefone: (61) 3411-4330 e 3411-4246  
spmulheres@spmulheres.gov.br www.spmulheres.gov.br